



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV

“MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/XXXX REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2023”

Que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.101.821/0001-01, com sede à Rua Rui Barbosa, 202, centro, na cidade de Vera Cruz do Oeste, CEP 85845-000, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, **Ahmad Issa**, portador do CPF nº 444.766.809-25 e RG 3036412-0 SESP/PR, residente na Rua Arnaldo Busato, na cidade de Vera Cruz do Oeste, estado do Paraná, CEP 85845-000, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa _____, CNPJ _____, com sede à _____, nº _____, na cidade de _____, Estado do _____, CEP _____, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, CPF _____, RG _____, residente e domiciliado(a) à _____, nº _____, na cidade de _____, Estado do _____, CEP _____, doravante denominada CONTRATADA, pelo presente instrumento têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é a **Contração de empresa especializada em seguro de veículos da frota municipal e espaços físicos/imóveis, visando atender todas as secretarias do Município de Vera Cruz do Oeste.**

1.2 – Descrição dos itens vencidos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

2.1 – Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Eletrônico nº 69/2023 quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

3.1 – O valor total para o objeto do presente contrato é de R\$ _____ (_____).

3.2 – O pagamento para as apólices de seguro dos veículos e imóveis ocorrerá em parcelas iguais, sendo a primeira parcela após 07 (sete) dias a partir da assinatura do contrato, e as demais parcelas em 30, 60 e 90 dias, totalizando 04 (quatro) parcelas.

3.2.1 – A contratada deverá informar no corpo da nota o número da conta bancária vinculada ao CNPJ, conforme instrução normativa 089/13 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – art. 9.

3.2.2 – O pagamento será única e exclusivamente através de meio eletrônico. A contratada também poderá indicar conta no banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme orientações do CONTRATANTE. Caso seja indicado outra agência bancária as despesas de transferência correrão por conta da contratada.

3.2.3 – A contratada deverá enviar anexada à nota fiscal/fatura, Certidões Negativas do INSS e FGTS, vigentes (As certidões referidas poderão ser enviadas digitalmente junto com a nota fiscal/fatura) e assim mantê-las atualizadas, sob pena do não pagamento até o cumprimento do presente objeto.

3.3 – Será retido o percentual de 4% (quatro por cento) sobre o valor da nota fiscal/fatura e boleto a título de ISSQN, exceto se a empresa for participante do SIMPLES, quando será aplicada a taxa de acordo com o seu enquadramento.

3.4 – Havendo erro na Nota Fiscal/fatura e boleto ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

3.5 – Reajustamento: Transcorrido o período de 12 (doze) meses, o contrato poderá ser reajustado de acordo com índices do INPC.

3.6 – Nos preços deverão estar incluídas todas as despesas com impostos, taxas, tributos, seguros e todos os demais encargos e despesas necessários à prestação dos serviços, objeto da presente licitação, sendo que a CONTRATADA será responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes ao objeto cotado.

CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES

4.1 – A CONTRATADA que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, bem como ficará descredenciado do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (art. 14 do Decreto 3555/00).

4.2 – Em caso de atraso injustificado no cumprimento dos serviços, bem como por inadimplemento das cláusulas contratuais, poderá ser aplicada à adjudicatária multa moratória de valor equivalente a 0,20% (vinte centésimos percentuais), sobre o valor total da presente licitação, por dia de atraso, até o 5º (quinto) dia, limitada a 10% do valor total relativo, corrigido monetariamente até o adimplemento da obrigação pactuada.

4.3 – O atraso superior a 10 (dez) dias, bem como o descumprimento de cláusulas e condições do Contrato, da Ordem de Serviço, ou outro instrumento equivalente em nome do licitante, configurará inadimplência da CONTRATADA.

4.4 – Pela inexecução total ou parcial do presente contrato/termo de referencia ou instrumento equivalente, a Prefeitura do Município de Vera Cruz do Oeste, poderá, ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

4.5 – Poderão ser aplicadas ainda as penas de advertência e, conforme o caso, declaração de inidoneidade previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, atendidas as formalidades legais.

4.6 – A aplicação das sanções administrativas não exclui a responsabilização do licitante por eventuais perdas ou danos causados à Prefeitura do Município de Vera Cruz do Oeste.

4.7 – Comprovado que o serviço prestado não corresponde às especificações constantes na proposta/termo de referencia e no presente edital, a adjudicatária deverá refazê-los sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

4.8 – As sanções administrativas previstas neste item serão aplicadas sem prejuízo das cominações impostas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e do Decreto n.º 1.689/2006 e Decreto Municipal n.º 5.372/20.

4.9 – As penalidades de multa poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

4.10 – A autoridade competente, quando da aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

4.11 – As penalidades deverão ser registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

5.1 – As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

5.2 – Para pedido de aditivo de prazo (quando necessário), deverá ser solicitado juntamente com justificativa plausível para apreciação, antes do vencimento do prazo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 – A contratada deverá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do contrato, apresentar a proposta de seguro efetivada, para que os bens possam usufruir do respectivo serviço.

6.2 – A contratada deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, apresentar a apólice dos seguros e entregá-las, tão logo emitida, ao Departamento de Administração do



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

Município.

6.3 – A contratada deverá prover serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com o Contratante.

6.4 – A contratada deverá providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo contratante.

6.5 – A contratada deverá prestar informações acerca das providências relacionadas aos chamados realizados pelo contratante em caso de sinistro, no prazo de 01 (uma) hora, contados a partir do recebimento da comunicação pela contratada, indicando inclusive o tempo aproximado para solução.

6.6 – A contratada deverá realizar as indenizações relativas a eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da entrega à proponente vencedora de toda a documentação exigida por esta no contrato.

6.7 – A contratada deverá dispor de central de comunicação para aviso de sinistro por parte do contratante durante 24 (vinte e quatro) horas/dia durante 07 (sete) dias da semana.

6.8 - A contratada deverá informar por escrito e de imediato, qualquer alteração em seus meios de contato (endereço, telefone, e-mail) com o contratante, para assegurar a rápida solução às questões geradas com vistas à perfeita execução do objeto.

6.9 - A contratada não deverá transferir, sob qualquer pretexto a responsabilidade decorrente da execução do objeto à terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outras pessoas ou entidades.

6.10 - A contratada deverá fornecer, em relação a cada veículo e imóvel, manual ou documento equivalente contendo informações relativas à regulamentação do seguro contratado.

6.11 - A contratada deverá fornecer cartão individualizado de identificação para cada veículo e imóvel, contendo as informações necessárias para o atendimento.

6.12 - A contratada deverá atender as especificações constantes no termo de referência, na proposta e na planilha anexa ao termo de referência.

6.13 - Haverá acompanhamento da Administração Municipal, na execução do objeto contratado, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

6.14 - A contratada deverá comunicar o contratante quando da prestação do(s) serviços para que a Comissão de Recebimento de Bens e Serviços possa realizar o recebimento do(s), mesmo(s), visando o cumprimento do objeto da presente licitação.

6.15 – Em caso de vistoria nos veículos, os custos para tal serão de responsabilidade da contratada.

6.16 – A não entrega do objeto no prazo estabelecido, implicará nas sanções e penalidades previstas neste contrato, no edital e nas cabíveis previstas na Lei nº 8.666/93.

6.17 – Os serviços serão recebidos e aceitos após sumária inspeção realizada pelos órgãos técnicos da Prefeitura, podendo ser rejeitado caso desatenda as especificações exigidas.

6.18 - A contratada assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução dos serviços, sejam de natureza trabalhista, relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

6.19 - Nos preços ofertados deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive, impostos, taxas e outras despesas que incidam ou venham incidir no fornecimento e entrega dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGENCIA, EXECUÇÃO, DURAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 – O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, ____/____/____ à ____/____/____, podendo ser prorrogado por iguais períodos de acordo com legislação vigente.

7.2 – As despesas decorrentes deste contrato correrão a cargo da seguinte dotação:

Red.	Dotação	Despesa	Fonte
13	02.001.4.122.2.2012	33.90.39.00	0000
27	03.001.4.122.1.2001	33.90.39.00	0000
32	03.001.4.122.2.2013	33.90.39.00	0000
376	09.001.4.122.2.2019	33.90.39.00	0000



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

400	10.001.4.122.2.2021	33.90.39.00	0000
400	10.001.4.122.2.2021	33.90.39.00	0940
395	10.001.4.122.1.2010	33.90.39.00	0000
395	10.001.4.122.1.2010	33.90.39.00	0940
436	10.001.8.243.16.6055	33.90.39.00	0000
160	06.001.12.122.23.2016	33.90.39.00	0103
160	06.001.12.122.23.2016	33.90.39.00	0104
160	06.001.12.122.23.2016	33.90.39.00	0107
139	06.001.12.122.2.2143	33.90.39.00	0000
85	05.001.4.122.2.2015	33.90.39.00	0000
85	05.001.4.122.2.2015	33.90.39.00	0511
357	08.001.4.122.1.2008	33.90.39.00	0000
357	08.001.4.122.1.2008	33.90.39.00	0510
357	08.001.4.122.1.2008	33.90.39.00	0511
55	04.001.4.122.2.2014	33.90.39.00	0000

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA

8.1 – Os serviços que não estiverem estritamente de acordo com o edital, com este contrato, com a proposta e demais anexos serão recusados e deverão ser substituídos/refeitos imediatamente, sob pena de aplicações das penalidades e sanções previstas na legislação.

8.2 – Os serviços serão recebidos pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços, que realizará as conferências necessárias, para o cumprimento do objeto.

8.3 – A contratada ficará obrigada a substituir/refazer, às suas expensas, os serviços que vierem a ser recusados, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

8.4 – Independentemente da aceitação, a contratada garantirá a qualidade de cada serviço/seguro, obrigando-se a refazer aquele que não estiver de acordo com as especificações.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 – Não obstante o fato de a CONTRATADA ser a única responsável pela prestação dos serviços, objeto deste contrato/Termo de Referência, a Administração, através de seus servidores ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização aos referidos serviços.

9.2 – A fiscalização exercerá amplo e rigoroso controle particularmente em relação à qualidade dos serviços prestados/entregues, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.

9.3 – As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução dos objetos do presente contrato, deverão ser registradas pela Administração, através de seus prepostos no Livro de Ocorrências, produzindo esses, registros de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses arrolados nos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUCESSÃO E FORO

11.1 – A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar à Prefeitura e a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto do presente contrato, isentando o Município de Vera Cruz do Oeste de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

11.2 – Fica eleito o foro da Comarca de Matelândia, Estado do Paraná, para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

12.1 – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

12.2 – Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

12.2.1 – “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

12.2.2 – “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

12.2.3 – “Prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

12.2.4 - “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

12.2.5 – “Prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções, ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste contrato; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

12.3 – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

12.4 – Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 – Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATADA:

13.1.1 – Prestar os serviços, objeto desta licitação, conforme as especificações constantes no Termo de Referência/proposta e planilha anexa ao termo de referência, cumprindo o prazo estabelecido e responsabilizar-se pela quantidade e qualidade dos serviços.

13.1.2 - Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE, referentes às condições firmadas no Termo de Referência/proposta/contrato.

13.1.3 - Prestar os serviços no prazo estabelecido neste contrato e no edital, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

13.1.4 - Notificar o CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades da prestação dos serviços.

13.1.5 - Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

13.1.6 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante durante o prazo de vigência do contrato.

13.1.7 - Certificar-se preliminarmente de todas as condições exigidas no edital, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.

13.1.8 - Considerar que a unidade, quantidade e a qualidade dos serviços prestados são pré-requisitos para o recebimento do serviço solicitado.



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

13.1.9 - Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender.

13.1.10 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que se está obrigada, exceto se previamente autorizado pelo gestor e/ou fiscal do referido processo licitatório.

13.1.11 - Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do fornecimento a ser contratado, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1 – Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações do CONTRATANTE:

14.1.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução/prestação dos serviços.

14.1.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada relacionados com o objeto pactuado.

14.1.3 - Comunicar, por escrito, à contratada, qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços, solicitando que refaça aquele que não estiver de acordo com as especificações do Termo de Referência, proposta e planilha (anexo I).

14.1.4 - Efetuar o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados neste contrato desde que os serviços estejam de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada.

14.1.5 - Acompanhar os prazos de entrega/prestação dos serviços, exigindo que a contratada tome as providências necessárias para regularização do fornecimento, sob pena de sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93 e demais cominações legais.

14.1.6 - Fornecer, a qualquer tempo, mediante solicitação escrita por parte da contratada, informações adicionais, dirimir as dúvidas e orientar em todos os casos omissos.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1 – O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção realizada pelos órgãos técnicos da Prefeitura, podendo ser rejeitado caso desatenda as especificações exigidas.

15.2 – É obrigação da CONTRATADA manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.3 – De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecida pela Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 e Decreto 7.404/2010, que tornou obrigatória a implementação dos sistemas de logística reversa para pneus; pilhas e baterias; embalagens e resíduos de agrotóxicos; lâmpadas fluorescentes, de mercúrio e vapor sódio; óleos lubrificantes automotivos; peças e itens eletrônicos e de informática; e eletrodomésticos, deverá a CONTRATADA receber de volta seus itens já usados dando destinação na forma da lei.

15.4 – A contratada não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que se está obrigada, exceto se previamente autorizado pelo gestor e/ou fiscal do referido processo licitatório.

15.5 – O fiscal do presente Contrato é o Sr. Elton Luiz Sodré Vilella, Portaria 5.001/2023.

15.6 – O gestor do presente Contrato é a Sra(o). _____, Decreto _____.

15.7 – O presente contrato reger-se-á também pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei Nº 8.078 (D.O.U. de 12/09/1990).

15.8 - O regime de execução é o de menor preço por lote.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

_____, ____ de _____ de ____.



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
Contratante

Contratada

Testemunhas:

NOME

CPF

NOME

CPF